

A imprensa regional e comunicação política

As eleições autárquicas de 2005

João Carlos Correia
Universidade da Beira Interior

Resumo

Neste ensaio tenta-se demonstrar que esta escassa diferenciação do sistema político, do espaço público e do subsistema dos *mass media* anda associada a uma hipertrofia do mundo da vida, à subordinação do sistema político a elementos valorativos próprios da tradição, e à incapacidade de afirmação profissional e organizacional por parte do sistema dos *mass media* regionais. As marcas desta escassa diferenciação sistémica são particularmente visíveis na cobertura mediática das eleições autárquicas onde se constrói uma espécie de imagem consensual da comunidade ideal. A agenda dos *media* e do sistema político é construída em função desta imagem, mostrando-se escassamente sensível ao conflito entre pretensões de validade legítimas e contraditórias.

I

Desde sempre, (ainda que em condições historicamente muito diferenciadas), a experiência política e a experiência comunicacional têm estado relacionadas entre si. No que respeita à experiência política que nos é mais próxima, o modelo democrático de organização do Estado teve o seu destino ligado

à existência de uma opinião pública crítica, para cujo sucesso a imprensa constituiu um dos factores essenciais.

Assim, apesar das transformações estruturais verificadas no capitalismo tardio permitirem a sobrevivência de largos sectores da decisão política que permanecem subtraídos à deliberação democrática, a concretização de tal método de deliberação continua a ser um dos traços distintivos das condições de organização política da modernidade tardia.

O próprio diagnóstico de uma certa decadência da cidadania pública continua a ser feito com o recurso à análise e denúncia de fenómenos, identificados como patologias, que têm a ver com a relação entre a intervenção mediática e as condições de deliberação pública e dos quais se destacam os seguintes:

- a) aumento da desigualdade no acesso à informação;
- b) o abstencionismo crescente e generalização da apatia na intervenção por parte dos cidadãos;
- c) a espectacularização crescente da informação e generalização do *infotainment*;

d) a tendência para os detentores dos meios de comunicação imporem as suas ideias e sobretudo os seus candidatos como quem difunde qualquer outro grande produto de grande consumo;

e) a diluição das energias do espaço público num atomismo e apatia generalizado;

f) o recurso frequente a agendas e personalidades de natureza populista;

g) a entrega dos assuntos de natureza pública a especialistas que procedem à gestão eleitoralmente correcta das medidas a tomar;

h) a profissionalização crescente da política e a sua distanciação em relação ao homem comum;

i) a generalização do *lobbying* e o corporativismo.

Estes traços conduziram, de formas muito diversas, ao surgimento de desencantos inerentes à realização do espaço público democrático. É conhecida a narrativa da perda que vem associada ao triunfo de uma certa indústria mediática: (Habermas, 1982, 191). A massificação da cultura e a substituição da esfera pública iluminada por formas de audiência constituídas, sobretudo, por consumidores passivos, a transformação da imprensa de genuína expressão da opinião pública em instrumento de interesses particulares relacionados com os *lobbies* são alguns dos traços deste diagnóstico clássico.

II

Uma das reacções contra o conjunto de fenómenos descritos surgiu com a defesa do local como espaço de salvaguarda contra a desumanização e desprezo pela prática da cidadania imposto nas sociedades massificadas. Os projectos regionalizadores e as diferentes formas de valorização do poder local e regional democrático foram encarados positivamente no que respeita ao seu desejo intrínseco de terminar com a redução da ideia de cidadão ao eleitor, chamando por isso o cidadão a novas tarefas, e a uma possibilidade de descortinar novas configurações para um espaço público.

As culturas locais surgiriam como baluartes de resistência aos processos de homogeneização da vida social, da cultura de massas, marcada genericamente por processos de desterritorialização (Cfr. Camponez, 2002: 28). Seriam o espaço de recusa de um *logos* totalizante, que teimaria a reconhecer a irredutibilidade das culturas singulares defendidas desde o movimento romântico até à sua consagração na Carta da UNESCO em 1946.

Ao mesmo tempo, estes lugares de resistência seriam, ainda um elemento estruturador do espaço público regional entendido como esfera crítica e de interacção dos cidadãos em torno dos problemas que lhe seriam mais próximos (Correia, 1998: 156).

Num mundo marcado pela oposição entre a Djihad e a McWorld (ou seja, pela oposição entre fundamentalismo e imperialismo globalizador), uma das reacções ao processo de globalização seria a erupção de uma multiplicidade de interpretações sobre os significados do mundo, formuladas a partir de diferentes tradições civilizacionais, mas num

contexto em que o fundamentalismo seria justamente corrigido pela abertura cosmopolita à diferença. Resistindo às imposições de um mundo global onde tudo é distante, onde ninguém se encontra, se conhece ou se identifica, onde não nos identificamos com nada dentro da desordem global, aquilo que realmente nós conhecemos e que é olhado como fazendo parte daquilo que nos está mais próximo, no fundo, passa a ser a nossa ponte de contacto com o mundo (Coelho, 2006: 35).

Foi neste contexto que surgiu uma multiplicidade de abordagens teóricas sobre a comunicação social identitária, regional e local, enquanto meio privilegiado de afirmação e fortalecimento de comunidades e/ou culturas locais e, simultaneamente, enquanto espaço de consequente dinamização da cidadania vivificado por essas comunidades e culturas. No caso específico das relações entre os *media* e a deliberação democrática, a resposta que se tentou formular disse respeito a um conjunto de correntes chamadas por jornalismo público ou jornalismo cívico. Estas surgiriam como uma tentativa de equacionar as relações entre o espaço público e a vida quotidiana, designadamente procurando, à luz das ideias do republicanismo cívico, de acordo com as reflexões produzidas por Tocqueville (1992) e Dewey (1987), a recuperação de uma sintonia entre o jornalismo e a vida cívica.

Para estas abordagens, – devedoras não apenas da tradição do republicanismo cívico mas também dos teóricos da democracia deliberativa - aos meios de comunicação social de proximidade não bastaria denunciar os problemas que afectam a comunidade: Aos *media* competiria até envolverem-se no esforço colectivo de promoverem o debate e a discussão racionais com vista à procura de

solução para esses problemas (Coelho, 2005: 155).

De acordo com esta linha de reflexão, a comunidade estaria em condições de perder a sua dimensão regressiva e tradicionalista para adquirir uma abertura e uma porosidade essenciais que permitiriam articular a dimensão cosmopolita da argumentação e da racionalidade crítica com a dimensão hermenêutica da existência concreta num mundo da vida partilhado. Conseguir-se-ia, assim, “a abertura à comunidade sem esquecer a insistência no espírito crítico e na ideia de cidadania” (Correia, 1998, 162). Conciliar-se-ia a pulsão da unidade que anima a ideia de comunidade com a ideia de tensão para a pluralidade que anima o espaço público e o exercício cívico nas democracias moderna (Schudson, 1997; Dewey, 1987; Ackerman, 1989, 6).

Num contexto marcado pela globalização, fazia sentido falar de “jornalismo de proximidade”. Afinal, a fragilização das ligações comunitárias tenderia a provocar, de forma paradoxal, a sua reemergência enquanto “campo de mobilização e de luta” (Elísio Estanque apud Camponez, 2002: 16).

III

Este conjunto de reflexões seria acolhido em várias tendências que se afirmaram na defesa da comunicação social regional, graças à sua conexão com formas de exercício da sociabilidade que parecem pré-existentes à sociedade de massas.

Assim, à luz da noção de proximidade, muitos tem sido os percursos de investigação que admitiram a como provável a hipótese de uma imprensa regional dotada de possibilidades para se constituir como um dos pilares

para a criação de um espaço público alternativo, na medida em que a proximidade entre a decisão política, o espaço mediático e a vida quotidiana contribua para anular alguns dos efeitos indesejáveis da massificação dos *media*.

Segundo esta hipótese, a possibilidade de estruturar o discurso e as agendas em torno de temas recorrentes em torno dos quais se veiculam opiniões, debates e polémicas com forte repercussão nas estruturas comunicativas da sociedade civil, a presença de formas de sociabilidade que pressuporiam um saber comum partilhado pelos produtores de mensagens e pelos seus públicos, o conhecimento recíproco e partilhado pelos produtores e receptores quanto aos factos e realidades que servem de referentes e de pretextos para a agenda mediática e para a agenda dos públicos tornaria ainda possível uma certa ideia de interactividade e de proximidade que poderia sobreviver no interior do campo dos *media* regionais.

A imprensa regional podia surgir, assim, associada à formulação de novos espaços públicos e ao aprofundamento dos processos de deliberação democrática no interior dos quais se procedesse à exposição e análise de temas que dissessem respeito à "própria vida" dos públicos, entendida esta "própria vida" como a sua quotidianidade.

Em suma, tentar-se-ia superar a massificação resultante da transformação das relações sociais na modernidade tardia tentando voltar a relacionar os assuntos que dizem respeito à *polis* com a vida quotidiana. A definição de um campo jornalístico regional associar-se-ia à criação de mecanismos de produção simbólica que contemplassem um reforço do sentimento de pertença local ba-

seado na identificação de problemas que dissessem respeito à vida das comunidades.

O jornalismo praticado fora dos grandes meios urbanos poderia ser um elemento estruturador deste espaço público regional entendido como esfera crítica de debate e de interacção dos cidadãos em torno de problemas que lhe seriam mais próximos.

A comunicação social regional, onde sobreviveriam tais projectos de proximidade em relação aos cidadãos e aos seus espaços de intervenção, ajudaria a possibilitar a problematização de um modelo caracterizado pela racionalidade alternativa possível. Seria, pois, a oportunidade de o jornalismo catalizar alguns traços de racionalidade alternativa, eventualmente susceptíveis de proporcionar uma "revitalização" de uma opinião pública vivida pelos cidadãos que aí se tentava perspectivar.

Em Portugal, esta ideia deu origem a numerosas investigações, tendo surgido uma espécie de "escola" preocupada com as questões relacionadas com a proximidade. Em 1998, em "Jornalismo e Espaço Público", o subscritor destas linhas defendeu a ideia segundo a qual seria possível que a crise dos mecanismos de mediação fosse superada por uma relação em que a comunidade local, ela própria, readquiriria uma função primordial de *medium* entre interesses contraditórios.

O caminho para esta ressucitação da comunidade em moldes que superariam os anacronismos da pré-modernidade implicaria a intervenção da Imprensa Regional. Assim sob a fórmula de perguntas era uma verdadeira hipótese que era testada: será que a imprensa regional tem virtualidades para anular alguns dos efeitos indesejáveis da massificação? Será, por outro lado, que os novos *media* interactivos podem desempenhar um

papel especificamente novo no desenvolvimento das interacções verificadas no seio das comunidades e espaços públicos regionais, servindo, complementarmente, para ajudar a ultrapassar os anacronismos dos *media* regionais tradicionais?”.

Do mesmo modo, Carlos Camponez da Universidade de Coimbra, numa obra chamada “Jornalismo e Proximidade” (Coimbra, 2002) dava, uma visão das possibilidades democráticas da imprensa regional, acentuando fenómenos que pudessem obstar à realização destas possibilidades como fossem o caciquismo, a excessiva dependência relativamente aos mercados de publicidade a maior parte das vezes controlado por alguns poderes fácticos e a escassa profissionalização verificada nas redacções da Imprensa Regional.

Quase ao mesmo tempo, Pedro Coelho, Editor de Sociedade da SIC e Grande – Repórter daquela estação de televisão realizaria o seu mestrado obre Televisões de Proximidade, o qual viria a ser muito recentemente lançado em livro com o título “A TV de Proximidade e os novos desafios do espaço público” (Lisboa, Horizonte, 2006). Mais uma vez, este autor contribuía para esta reflexão sobre comunidades locais, espaço público regional e *media* regionais defendendo a existência de um local que aceita a comunicação racional como princípio, cujos consensos sejam fruto do debate e da discussão racional, que promova criação de uma comunicação social independente, que afronta as elites e questiona o seu poder” (Coelho, 2006: 230). Simultaneamente, alertava para os problemas e obstáculos que se opõem ao cumprimento deste objectivo: a criação de redes clientelares que funcionam como mecanismo de pressão sobre a imprensa, a im-

posição de um consenso resultante da marginalização do conflito imposto em nome da imagem positiva da região, a excessiva dependência das elites.

Finalmente, José Ricardo Carvalheiro (1996), investigador em Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior, assume claramente uma forte crítica à dependência que os *media* regionais revelam em relação ao poder, apontando como causas uma tradução veneradora e de escassez de crítica, ao facto de os *media* estarem nas mãos de pessoas que, directamente ou indirectamente se relacionam com o poder político, e à fragilidade das empresas jornalísticas bem como as lacunas existentes na formação das respectivas redacções.

O desenho traçado pelos investigadores portugueses parece afinal indicar traços que contrariam as suas próprias esperanças.

IV

A consideração destas possibilidades e o confronto com a realidade social e cultural que as podem ou não confirmar e suportar, passa, neste trabalho, por um pequeno exercício de análise da representação jornalística das eleições autárquicas pelas quais, em Portugal, se procede à escolha dos eleitos das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia, órgãos político – administrativos responsáveis pelos municípios e pelas freguesias.

Este exercício implicou o confronto empírico com uma parte da Imprensa dos Distritos de Guarda e de Castelo Branco no decurso das duas semanas que precedem a realização das eleições autárquicas de 2005.

Com o recurso a este caso de estudo é possível tentar vislumbrar alguns indícios que permitam inferir em que medida a imprensa

regional, nesta área geográfica, contribuiu para o aprofundamento do exercício democrático da cidadania, procurando sintonias entre os problemas das comunidades e os temas das agendas partidárias e das agendas mediáticas, detectando temas que despertassem os próprios eleitos e candidatos para novas causas cívicas, servindo de ressonância a problemas levantados pelos movimentos sociais e pelas estruturas da sociedade civil.

Esta análise e os seus resultados só são válidos para esta área geográfica, não podendo ser olhado como uma resposta que corrobore ou negue hipóteses gerais válidas para além dos limites temporais e geográficos estabelecidos. A implementação do poder local democrático não conheceu em Portugal, características homogéneas reflectindo diversos graus de participação cívica, de desenvolvimento de opiniões públicas e, consequentemente, graus diferenciados de intervenção dos *media* regionais nos processos de deliberação democrática. Por outro lado, trata-se de um trabalho que exige a continuidade designadamente através de outro género de abordagens que destaque a composição social e cultural das redacções.

No confronto entre as abordagens centradas nos *media* ou na sociedade, este trabalho entendeu a necessidade de proceder à articulação de perspectivas, fazendo notar a pluralidade de factores que intervém no desenvolvimento do espaço público democrático e na formação, consolidação e delimitação do campo dos *media* regionais.

Numa articulação deste tipo não poderiam predominar entendimentos unilaterais e dirigistas dos efeitos dos *media* nem visões que osem explicar toda a produção simbólica à luz do determinismo social. Assim, sob o ponto de vista da Teoria Social destacou-

se especialmente uma abordagem que analisa os conceitos de Mundo da Vida (*Lebenswelt*), Espaço Público e Sistema desenvolvidos nomeadamente por Schutz (1976), Luhmann (1993) e Habermas (1982).

Esta abordagem tem a vantagem de contemplar as formas de racionalidade mais marcantes das sociedades contemporâneas: uma primeira forma de racionalidade particularmente centrada na eficácia e no instrumentalismo, que se dá a conhecer em especial nos sistemas político e económico e que é objecto de um estudo pela Teoria dos Sistemas; uma forma de racionalidade preferencialmente centrada na transmissão de valores e na aculturação, que se dá a conhecer no mundo da vida e que foi objecto de uma abordagem minuciosa por Alfred Schutz (1976), segundo um percurso que merece a nossa preferência em relação a outro mais conhecido, traçado por Habermas na teoria do agir comunicativo (1987); e, finalmente, uma racionalidade que, finalmente, se centra na *praxis* e na política e que apela ao exercício da reflexão, da participação cívica democrática, de natureza emancipatória e civilista, tal como foi evocada, entre outros, por Habermas (1982), Arendt (1986), Arato e Cohen (1995), entre outros.

Esta visão dá-nos o quadro sócio – cultural e político em que se movem os *media* como instituições sociais. Por outro lado, dá-nos o pano de fundo teórico graças ao qual é possível adiantar algumas hipóteses interpretativas sobre os indícios recolhidos.

Quanto à análise efectuada sobre o próprio enunciado jornalístico recorreu-se, em especial, à teoria do enquadramento, pelo facto de se reconhecer nesta abordagem alguns dos elementos essenciais que urge ter em conta para analisar a forma como a imprensa

regional se afirma activamente na construção social da realidade. Assim, para além da à selecção e hierarquização dos assuntos no espaço público, a teoria do agendamento acrescenta uma forte consciência da intervenção dos *media* num forte modelo de análise que se convencionou genericamente designar por construção social da realidade. (Schudson, 1997).

O enquadramento surge, pois, como uma moldura para o campo de visão, como uma ideia central e organizadora que configura a percepção do acontecimento, dando mais visibilidade relativa a uns elementos em detrimento de outros, sugerindo explicações, causas e até avaliações normativas sobre o evento reportado. No limite, o enquadramento pode mesmo apresentar-se como uma estrutura profunda que remete para um substrato ideológico mais abrangente que contém instrumentos para a avaliação de uma situação. (Silveirinha, 2005).

Originalmente formulado por Goffman (1976), o conceito de enquadramento, ou *frame*, refere-se ao uso de quadros interpretativos construídos socialmente e que, ao colocarem os indivíduos sob referências partilhadas, lhes permitem dar sentido às relações sociais. A teoria de Goffman constituiu um marco importante no desenvolvimento do conceito, designadamente ao proporcionar a sua definição de como padrão persistente de selecção, apresentação, ênfase e interpretação de eventos através dos quais os jornalistas organizam a sua representação discursiva (Gitlin, 2003).

Finalmente, a noção de enquadramento permite a sua articulação com a ideia de interpretação, ultrapassando assim os elementos mais redutores da teoria do agendamento. Permite, ainda, articular-se com os proble-

mas da criação de sentido no interior de uma determinada cultura ou ideologia.

Para levar por diante este estudo de caso, teve-se em conta a publicação dos jornais Gazeta do Interior (Castelo Branco), Interior (Guarda), Jornal do Fundão (Fundão) e Notícias da Covilhã (Covilhã), durante as duas semanas que duraram a campanha eleitoral para as eleições autárquicas. O objecto de análise é o conjunto de artigos que versam directamente sobre as eleições e que foram publicados naquele período.

Esta investigação da cobertura jornalística das eleições opta, portanto, por uma abordagem qualitativa e usa como técnica a análise do discurso, com particular ênfase para a utilização do conceito de enquadramento. Distancia-se, em todo o caso, da mera análise linguística, procurando a articulação entre os textos mediáticos com os processos sociais e culturais que os envolvem, de modo a compreender a constituição, representação e transformação dos discursos políticos.

V

Os distritos sobre cuja imprensa se debruça o estudo – Guarda e Castelo Branco – constituem a chamada Região Beira Interior, nome que lhe foi atribuído num mapa de divisão político-administrativa que não foi implementado pelo facto de ter sido recusado em referendo pela maioria dos eleitores do país. A Região Beira Interior corresponde, grosso modo, à sobreposição de duas anteriores províncias: a Beira Baixa e a Beira Alta. Situa-se na zona interior Este do Centro de Portugal tendo a Norte, o Rio Douro e a Sul, o Rio Tejo. É uma região de fronteira que cobre uma área de 7819 km² e que representa cerca de 9% da superfície continental de Por-

tugal. A Beira Interior afirma-se deste modo como umas das regiões mais pobres do país, vítima de uma desertificação acelerada e de um envelhecimento rápido.

As características sociais desta região com escasso nível de urbanização, industrialização, em média baixa, fortes taxas de alfabetização, baixos índices de literacia são algumas das características que podem condicionar as esperanças de formação de um espaço público esclarecido, alimentado por um jornalismo interventivo e independente que seja um dinamizador do exercício da cidadania.

A análise indicia a existência de dificuldades que urge analisar.

Desde logo, o tratamento jornalístico das eleições autárquicas nos quatro jornais referidos torna visível uma correlação forte entre o que se vê e o que é oculto.

O que é visível e apresentado denota uma visão fortemente institucional da política, que configura uma imagem relativamente acrítica e cinzenta dos processos de representação do poder em contextos de proximidade. Desde logo, as eleições autárquicas são trabalhadas ao nível manifesto através de artigos onde se procede à apresentação do candidato. Normalmente, os *media* procedem a enumeração dos candidatos e a descrição do seu perfil pessoal, que pode incluir uma descrição acerca de habilitações e cargos das personalidades apresentadas.

Tais peças noticiosas podem subdividir-se em dois tipos principais: entrevistas individuais, mais desenvolvidas e, por isso, menos oficiosas. Noutros casos, dão origem a cadernos especiais de pergunta e resposta onde não há espaço para qualquer intervenção jornalística para além da já referida pergunta. No limite, a toda a largura da página

pode ler-se “Sete perguntas aos candidatos à Junta”, sendo o título seguido por várias peças cujo título de cada uma é o nome do candidato (Notícias da Covilhã, 23 de Setembro de 2005).

Ainda quanto aos cadernos especiais, a própria configuração gráfica (fotos de passe dos candidatos à largura de uma coluna) e a elevada compactação de entrevistas encimadas por uma citação directa de um lugar comum quase sempre bastante semelhante a um *slogan* de campanha (“Somos a alternativa de esquerda”, “Combater o desemprego”, “fez-se o que se pôde”, Mais Justiça Social”, “Uma Política Diferente”, “Um Novo Rumo”) parece reforçar ainda mais esse tom institucional (veja-se como exemplo Jornal do Fundão ou Gazeta do Interior, 7 de Outubro de 2005).

Um segundo tipo de enunciados é o relato do comício principal ou da sessão onde se procede à apresentação do candidato, da sua lista e do seu programa. Em regra, os títulos dos textos são preenchidos com uma citação directa do principal actor político. Este pode ser o próprio candidato ou um político de Lisboa que se desloca ao Interior para cautionar a excelência do candidato: “Carlos Pinto é “um autarca exemplar”, pode ler-se no “Interior” de Quinta Feira, 29 de Setembro de 2005, numa peça que regista a deslocação do líder do PSD, Luís Marques Mendes à Covilhã, para apresentar Carlos Pinto, Presidente da Câmara da cidade.

O lead é preenchido com uma citação confirmativa do título, ao qual se segue um conjunto de parágrafos que reproduzem períodos completos do seu discurso, misturados com a nomeação ou a citação de outros agentes políticos intervenientes no evento.

As intervenções jornalísticas limitam-se

ou à introdução de deícticos que remetem para elementos factuais básicos (nomeadamente de natureza espaço-temporal) ou reproduzem de forma certas expressões lexicais e sintáticas que acentuam o carácter quase ritual e aclamatório das festas/comício em relação aos quais os jornalistas parecem assumir uma postura relativamente cómoda e pouco interpelativa. Assim, se Carlos Pinto encontrou, no Teixoso, “uma multidão reunida para o apoiar” (Interior, 29 de Setembro de 2005), Victor Pereira candidato socialista à mesma Câmara encontrou na Covilhã, mais de mil e trezentas pessoas que marcaram presença na cerimónia de arranque da candidatura (NC, 30 de Setembro de 2005). Enquanto as 2000 pessoas que estiveram presentes no comício do PSD no Fundão garantiram que querem “Frexes outra vez” (Jornal do Fundão, 30 de Setembro de 2005).

Mesmo quando se verifica a busca de uma distanciação, o tom que prevalece é o da citação competente e minuciosa, quase institucional e de certo modo rotineira, provocando o sentimento de uma escrita anónima que poderia configurar uma espécie de minuta partilhada por qualquer jornalista, não se verificando nenhum caso em que em que descubra uma investigação produzida por iniciativa do próprio repórter.

No caso destas eleições autárquicas de 2005, duas candidaturas minoritárias pertencentes ao extremo do espectro político com representação parlamentar – o CDS / PP de direita e o Bloco de Esquerda resultante da fusão de diversas forças de extrema – esquerda – procederam a acções de campanha imaginativas, tentando vencer, por esta forma, as dificuldades económicas e de mobilização dos respectivos aparelhos partidários. Assim, o CDS/Partido Popular andou

a multar os automobilistas do centro cívico da cidade da Covilhã com um panfleto que se assemelhava a uma multa e onde se inscreviam dizeres contra a falta de estacionamento naquela zona da cidade. Por sua vez, os candidatos do Bloco de Esquerda. Quanto ao Bloco de Esquerda encenou a implosão do Torre de Santo António, uma torre de vinte andares que fica localizada numa encosta e numa zona onde se não encontra um único edifício com uma altura sequer próxima, e que, como particularidade acrescida, nunca foi terminada, permanecendo po habitar faz mais de vinte anos Mesmo apesar das tentativas de puxar à imaginação da campanha, os enunciados publicados (veja-se “O Interior” de 6 de Outubro de 2005) pouco relevaram ao eventual ângulo humorístico transformando as peças em conferências de imprensa sobre urbanização e estacionamento.

Finalmente, seguem-se os textos sobre a noite das eleições, a análise dos resultados assim como as primeiras entrevistas dos novos eleitos.

Este roteiro fielmente cumprido por todos os jornais articula-se com outro nível de leitura designadamente aquilo que é oculto, se não revela e não é pronunciado.

Em todos os relatos não se verifica qualquer registo de polémica ou de debate em torno de questões estruturais. Em plena campanha eleitoral todos os candidatos parecem ter como únicos interlocutores os jornalistas a quem respondem.

Da mesma forma, todos os assuntos que dominam as campanhas eleitorais são determinados pelos partidos, com especial relevo para a agenda temática dos dois principais partidos políticos que partilham as maiores cidades das regiões, Ou seja, nenhuma questão é levantada por iniciativa mediática e ra-

ras são as vezes em que as perguntas colocadas aos candidatos resultem da iniciativa dos *media*.

Finalmente, o que não é menos importante, a agenda temática eleitoral não regista questões de monta levantadas por estruturas representativas da sociedade civil, sejam elas associações patronais ou sindicais, associações recreativas, de lazer ou de cultura, associações de solidariedade social, escolas ou hospitais.

Finalmente, os editoriais e as perguntas (uma das poucas instâncias em que se faz sentir o plano da subjectividade opinativa) remetem para a prevalência de um enquadramento consensualista que parece predominar sobre o nível agonístico e conflitual da política. Este enquadramento traduz-se na predominância de uma imagem idílica da região, caracterizada por uma omissão, ou até, pela ocultação da conflitualidade, social e política.

Este enquadramento torna-se particularmente visível nas eleições locais – no decurso das quais o enquadramento prevalente nos *media* regionais tende a omitir a conflitualidade entre pretensões de validade conflituais das partes envolvidas no debate – particularmente os partidos políticos e os movimentos sociais – para destacar a unidade em torno do referente identitário regional, em nome do qual se acaba por fazer instituir uma situação em que se verifica um significativo défice de diversidade temática. Há uma espécie de “partido da Região”, ou “Partido da nossa terra” que, nalguns casos, se identifica com o poder instituído ou com o bloco de interesses dominante e que se identifica através da referencia quer dos candidatos quer dos editoriais dos jornais à “nossa terra”, ao “bairrismo saudável”. No limite,

como relata Carvalheiro (1996) pode haver críticas ao excesso de oposição, por revelar aspectos menos positivos do desenvolvimento regional ou local, e por, consequentemente, fornecer uma imagem pública negativa da cidade ou da comunidade.

Desta forma, parece claro que tal enquadramento indicia a existência de um fraco desenvolvimento sistémico e de uma constituição escassamente sólida de uma esfera pública. Os elementos de consensualidade ideal e a omissão da conflitualidade indiciam que os valores da região, situados no plano da tradição e de uma certa hipertrofia da identidade local não permitiram a criação de uma cultura aberta ao debate.

Assim, tende a notar-se uma certa sobrevalorização daquilo a que Alfred Schutz (1976) considera ser uma visão relativamente natural do mundo., centrada em valores identitários fechados sobre si próprios que, de certa maneira, condicionam a formação das lideranças e a organização dos partidos. Os elementos comunitaristas e tradicionais ligadas a uma visão fechada do mundo da vida tendem a sobrepor-se, pelo menos parcialmente, a uma visão do sistema político assente em formas de legitimidade moderna. O sistema político continua a reflectir uma escassa diferenciação e especialização, reproduzindo modelos de liderança, formas de exercício do poder e métodos de organização onde se tornam visíveis a sobrevivência de traços pré-modernos.

Quanto à esfera pública, eventualmente formada por uma discussão em torno de questões que dizem respeito a elementos identitários comuns, acaba por dar uma pálida visão de si própria. Asfixiado por uma proximidade demasiado próxima, o campo dos *media*, essencial para a formação de tal

instância, acaba por reflectir a formação de um consenso baseado na sobrevivência de valores tradicionais, avessos à apresentação de pontos de vista conflituais e à discussão racional.

Tal não significa que as abordagens teóricas que se debruçam sobre o local como espaço onde seja possível erguer formas modernas de exercício da cidadania estejam erradas ou tenham, forçosamente, que ser abandonadas. A perspectiva que é a nossa continua a encontrar vantagens em defender que a opinião pública não seja algo abstracto e alheio à vivência das pessoas; da mesma forma que a noção de comunidade não se salde na confusão entre a salvaguarda de valores comuns e a preservação de arcaísmos.

Dito de outra forma, a identidade de valores subjacente aos projectos regionais não implicam a subordinação a uma espécie de consideração mítica sobre a comunidade local ou regional. Da mesma maneira, a profissionalização e a aceitação de formas industriais de comunicação, a abertura à modernidade e ao pluralismo de opinião não implicam obrigatoriamente a rejeição de tudo o que existe como sendo dito tradicional.

Simplemente, se constata, de modo claro, que qualquer projecto que aponte para a implantação de leituras alternativas deve, em primeiro lugar, abandonar generalizações optimistas ou apocalípticas para fazer uma avaliação realista das suas dificuldades.

Bibliografia

- Ackerman, Bruce (1989). *Why dialogue?* Journal of Philosophy, 86, 5-22
- Arato, Andrew, e Cohen, Jean (1995), *Ci-*

vil society and political theory, Cambridge, MIT Press.

Arendt, Hannah (1986), *The human condition*, Chicago, Chicago University Press.

Camponez, Carlos (2002), *Jornalismo de Proximidade*, Coimbra, Minerva.

Carvalho, José Ricardo, Os media e os poderes locais (<http://www.bocc.ubi.pt/pag/carvalho-ricardo-Media-poder.pdf>) in BOCC.UBI: PT, Biblioteca Universitária On Line de Ciências da Comunicação (www.bocc.ubi.pt)

Coelho, Pedro (2006), *A TV de Proximidade e os novos desafios do espaço público*, Lisboa, Horizonte.

Correia, João Carlos (1998), *Jornalismo e Espaço Público*, Covilhã, UBI.

Dewey, John (1987), *The Public and its problems*, Hathers, Swallow Press e Ohio University Press.

Eksterowicz, Anthony; Roberts, Robert, e Clark, Adrian (2000), "Jornalismo Público e Conhecimento Público" in *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 27, Jornalismo 2000, Lisboa, Relógio d'Água.

Gitlin, Todd (2003), *The Whole World is Watching*, Berkeley/Los Angeles/Londres, University of California Press.

Goffman, Erving (1976), *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*, Cambridge, Harvard University Press.

- Habermas, Jürgen (1982), *Mudança estrutural da esfera pública*, Lisboa, Tempo Brasileiro. (Strukturwandel der Öffentlichkeit, 1962)
- Habermas, Jürgen (1987), *Théorie de l'agir communicationnel*, 2 vols., Paris, Fayard. (Theorie des kommunikativen Handelns, 1982-3)
- Luhmann, Niklas (1992), *A Improbabilidade da comunicação*, Lisboa, Vega.
- McQuail, Dennis (2003), *Teoria da Comunicação de Massas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Porto, Mauro (2004), “Enquadramentos da Mídia e Política”, em A. A. Canelas Rubim (org.), *Comunicação e Política: Conceitos e abordagens*, Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Schudson, Michael. (1997), “The Sociology of News Production”, em Dan Berkowitz (ed.), *Social Meaning of News*, Londres, Sage.
- Schutz, Alfred (1976), *Collected papers, studies in social theory*, Vol. II, The Hague, Martinus Nijhoff, 1976.
- Silveirinha, Maria João (2005), “O lançamento da moeda europeia e os seus enquadramentos na imprensa”, em *Livro de Actas – 4.º SOPCOM*, CD-Rom.
- Silveirinha, Maria João e Peixinho, Ana Teresa (2004), “Análise textual assistida por computador”, em I. Ferin Cunha et al., *Media, Imigração e Minorias Étnicas*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Tocqueville, Alexis (1992), *De la démocratie en Amérique*, In *Oeuvres*, Vol. II, Paris, Gallimard, 1992.